

NOTA DE REPÚDIO

O **FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado**, na qualidade de representante de 37 (trinta e sete) entidades de classe, que juntas alcançam mais de 200 mil servidores públicos, manifesta repúdio à infeliz manifestação do deputado federal Gilson Marques (NOVO/SC) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Durante audiência pública, o deputado Gilson Marques (NOVO/SC) chamou Brasília de um “antro de servidores públicos”. Relevando desconhecimento da realidade do serviço público e da capital federal, o deputado afirmou que “Brasília tem o dobro do PIB per capita do que São Paulo. Não produz nenhum prego e São Paulo produz muito. Porque é um antro, um acumulado de inúmeros servidores públicos”.

A manifestação merece forte repúdio e exige a reposição da verdade!

A palavra “antro”, em sentido figurado, significa “lugar onde predomina a corrupção e a imoralidade”. Além de ter ofendido de forma grave e gratuita a honra e a imagem de todos os servidores públicos do país, o deputado revelou ignorância em relação ao papel fundamental dos servidores públicos na prestação de serviços essenciais à população brasileira e na defesa do interesse público.

Selecionados por concursos públicos rigorosos, impessoais e democráticos, os servidores e as servidoras públicas são fundamentais para a prevalência da legalidade na atuação dos entes e órgãos públicos, impedindo que interesses clientelistas prevaleçam sobre os interesses gerais da população, especialmente os mais pobres. Paradoxalmente, a Reforma Administrativa defendida pelo deputado Gilson Marques abrirá espaço para que os recursos públicos venham a ser capturados por grupos políticos e seus parceiros privados, favorecendo, em lugar de dificultar, a ocorrência de casos de corrupção e de improbidade.

Além disso, o deputado mostrou que desconhece a realidade socioeconômica do Distrito Federal, pois a diferença entre a renda per capita de Brasília e de São Paulo é de 25%, não 50% conforme disse em sua fala.

Em termos quantitativos seria estranho que a capital brasileira não contasse com servidores públicos em sua população, afinal a cidade abriga a sede do Governo Federal, a cúpula do Poder Judiciário, o Congresso Nacional, o Estado Maior das Forças Armadas etc. A origem de Brasília – para além de metáfora da integração nacional, da força e do sonho moderno brasileiro – é a de uma cidade administrativa, como Washington DC por exemplo.

Ainda sobre a relação entre servidores públicos e população, em todo o Brasil os servidores representam 12% da força de trabalho, enquanto na média da OCDE 21%, e nem por isso o deputado chama ou deve chamar Canadá, França, EUA, Japão e tantos outros países de “antros” de servidores.

O deputado Gilson Marques (NOVO/SC) ocupa a tribuna da Câmara dos Deputados legitimado pelo voto popular. É prerrogativa sua defender a proposta de Reforma Administrativa, embora

seu apoio desconsidere os efeitos corrosivos da referida reforma sobre as bases republicanas do serviço público brasileiro.

Porém, ele não pode ancorar seus argumentos na mentira e na agressão gratuita e despropositada.

Exigimos respeito a nossa dignidade de servidores públicos. Não nos meça, deputado, por sua régua enviesada e preconceituosa.

Brasília, 19 de maio de 2021.

Compõem este Fórum:

AACE – Associação dos Analistas de Comércio Exterior
ABC – Associação Brasileira de Criminalística
ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
ADPJ – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária
AFIPEA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA
ANADEF – Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais
ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
ANAFE – Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais
ANAPE – Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal
ANESP – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ANFFA SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais
ANPPREV – Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais
ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
AOFI – Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal
ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo
CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
FENADEPOL – Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais
FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
FENAUD – Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público
SINAGENCIAS – Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação
SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SINDCVM – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários
SINDIFISCO NACIONAL – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU
SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários
SINDSUSEP – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados
SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
UNACON SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle
UNAFISCO NACIONAL – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil